

## AGUARDANDO HOMOLOGAÇÃO



### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

<b>INTERESSADO:</b> Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior		<b>UF:</b> DF
<b>ASSUNTO:</b> Apreciação do Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), nos termos do artigo 6º, inciso V, do Decreto nº 5.773/2006.		
<b>RELATOR:</b> Luiz Roberto Liza Curi		
<b>PROCESSO Nº:</b> 23001.000092/2013-46		
<b>PARECER CNE/CES Nº:</b> 197/2013	<b>COLEGIADO:</b> CES	<b>APROVADO EM:</b> 7/8/2013

#### I – RELATÓRIO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), coordenou no ano de 2012 a revisão dos instrumentos de avaliação institucional utilizados na avaliação *in loco* realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e após elaboração de proposta de revisão do instrumento institucional da referida Comissão, em 25 de fevereiro de 2013, foi publicado, no site do Inep, a Nota Técnica nº 08/2013- CGACGIES/DAES/INEP, com a finalidade de disponibilizar o instrumento para apreciação pública e envio das sugestões, em formato eletrônico e formulário próprio.

A revisão dos instrumentos de avaliação ocorreu em observância ao disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institucionaliza o SINAES; ao Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que define como competência do INEP elaborar os instrumentos de avaliação e à Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, consolidada e republicada em 29 de dezembro de 2010 que atribui à DAES/INEP as decisões sobre os procedimentos de avaliação.

Para a proposta de reformulação dos instrumentos foi criada uma Comissão de Revisão dos Instrumentos de Avaliação Institucional, nomeada pela Portaria INEP nº 224, de 28 de junho de 2012, com representantes de Instituições de Educação Superior (IES) públicas e privadas, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e do Conselho Nacional de Educação (CNE). Esta Comissão foi coordenada pela DAES, seguindo as diretrizes elaboradas pela CONAES e pelo CNE.

Finalizadas as etapas de construção do instrumento pela comissão, foram realizadas consultas ao CNE que, nesta fase, em 15 de março, organizou uma audiência pública.

Em maio, o instrumento foi submetido à CONAES, conforme disposto no Decreto nº 5.773/2006.

Tendo sido superadas essas etapas e incorporadas ao atual instrumento as contribuições da audiência pública e o resultado da apreciação da CONAES, o Instrumento foi enviado, também em acordo com o Decreto nº 5.773/2006, ao CNE, em 21/6/2013, onde recebeu o número de processo 23001.000092/2013-46 para relato, deliberação e envio à homologação ministerial.

## II – ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO DO INSTRUMENTO

Em junho de 2013, a Diretoria de Avaliação da Educação Superior emitiu a Nota Técnica nº 28/2013 - CGACGIES/DAES/INEP, que informou sobre a consolidação do Instrumento de Avaliação Institucional Externa:

(...)

*2.4 A reformulação propôs uma padronização dos instrumentos que subsidiam os processos de credenciamento e credenciamento de IES e ainda a transformação da organização acadêmica, nos casos pertinentes. Foram utilizados como referência, as dimensões, os indicadores e os respectivos critérios de análise, conforme o artigo 3º, §3º, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, em aplicações de conceito em escala crescente de 1 a 5. Os instrumentos analisados foram:*

*a) Instrumento de Avaliação Institucional Externa para Recredenciamento de Instituição de Educação Superior*

*b) Instrumento de Avaliação para Credenciamento de Instituição de Educação Superior*

*2.5 Neste sentido a construção do instrumento de avaliação institucional externa pautou-se no respeito à diversidade institucional, à identidade das IES, aos princípios e diretrizes do Sinaes e suas finalidades e à qualidade da educação superior, resultando na seguinte matriz: Instrumento de Avaliação Institucional Externa que subsidia os Atos de Credenciamento e de Recredenciamento Presencial das Instituições de Educação Superior. Esse instrumento subsidiará também a avaliação para transformação de organização acadêmica.*

*2.6 Desta forma trata-se de um instrumento matricial organizado em cinco eixos, contemplando nestes, as dez dimensões referenciadas no marco legal do Sinaes (Artigo 3º da Lei nº 10.861). O agrupamento das dimensões em eixos visa facilitar o diálogo entre as atividades que devem ser articuladas no momento da avaliação. Os eixos ficam assim dispostos no instrumento:*

*Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Avaliação). Inclui também um Relato Institucional, que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), incluindo os relatórios emanados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), do período que constituiu o objeto de avaliação.*

*Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.*

*Eixo 3– Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.*

*Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.*

*Eixo 5 – Infraestrutura: contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.*

*2.7 A ênfase nas atividades acadêmico-administrativas decorrentes da autoavaliação, associadas à avaliação externa, consta deste instrumento matricial, sobretudo no eixo 1, a fim de ressaltar a importância do trabalho das comissões próprias de avaliação (CPA) e os outros processos avaliativos que devem compor o relato institucional. Nesta perspectiva, as ações originadas da avaliação interna e as de avaliação externa visam à execução do PDI e à sua atualização ou reformulação.*

*2.8 Relato Institucional – considerado inovação na concepção deste instrumento, avaliado no eixo 1 (Planejamento e Avaliação). O documento deve fazer um relato avaliativo do PDI, e especialmente uma síntese histórica dos processos de avaliação interna e externa da IES e do planejamento e ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações, conforme o inciso VIII, do artigo 3º, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.*

*2.9 Os conceitos diferentemente do instrumento vigente atribuídos a cada uma das dimensões, serão aferidos a cada um dos indicadores de cada um dos cinco eixos, de 1 a 5, da seguinte forma:*

<b>Conceito</b>	<b>Descrição</b>
1	<i>Quando o indicador avaliado configura um conceito <b>NÃO EXISTE(M)/ NÃO HÁ, NÃO ESTÃO RELACIONADAS.</b></i>
2	<i>Quando o indicador avaliado configura um conceito <b>INSUFICIENTE.</b></i>
3	<i>Quando o indicador avaliado configura um conceito <b>SUFICIENTE.</b></i>
4	<i>Quando o indicador avaliado configura um conceito <b>MUITO BOM/MUITO BEM.</b></i>
5	<i>Quando o indicador avaliado configura um conceito <b>EXCELENTE.</b></i>

*2.8 Os conceitos atribuídos a cada um dos indicadores deverão ser **justificados** de forma contextualizada, abrangente e coerente.*

*2.9 Cada indicador apresenta um objeto de análise e para os indicadores que contemplam o termo “Análise Sistêmica e Global” deverá ter como base de análise as informações contidas no PDI e nos documentos oficiais da IES. Os indicadores não aplicáveis não serão considerados para efeito do cálculo final do conceito institucional (CI).*

*2.10 Em 15 de março de 2013, no auditório do CNE, realizou-se uma audiência pública com o objetivo de receber contribuições das entidades representativas de educação superior. As sugestões de trinta entidades representativas foram analisadas pela equipe técnica da Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES – e pela Comissão de Revisão dos Instrumentos, considerando a pertinência em função da legislação, da filosofia e contexto do instrumento, do caráter regulatório e da indução da qualidade da educação.*

*2.11 As contribuições, após audiência pública foram direcionadas aos aspectos do instrumento ser matricial, das questões avaliativas gerais, da redação e*

*da estrutura do instrumento, abrangendo os 5 eixos, dos requisitos legais e normativos e do glossário.*

### **III – PROPOSIÇÃO DA VERSÃO FINAL DO INSTRUMENTO**

*3.1 A consolidação do instrumento foi pautada conforme Parágrafo único, Art. 2º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 pelo respeito a abrangência e na flexibilização de modo a garantir, no processo avaliativo, uma avaliação das condições de oferta das instituições de educação superior e a qualidade como referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, mantendo a concepção do instrumento como matricial, que considera as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, com foco no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e aos processos de Avaliação Institucional (interna e externa), o instrumento é consolidado como matricial.*

*3.2 Destaca-se na Contextualização da IES, a inclusão de informações sobre o número de docentes e discentes; a quantidade de cursos oferecidos na graduação e na pós-graduação; a política de atendimento para alunos estrangeiros; a quantidade de alunos e professores estrangeiros na IES e disciplinas ofertadas em língua estrangeira e a existência de programas de bolsas e financiamento estudantil e número de beneficiados.*

*3.3 Em relação ao eixo 1 (Planejamento e Avaliação Institucional), o documento Relato Institucional ganhou mais ênfase, constituindo-se assim como um instrumento de análise dos processos avaliativos da própria IES, ou seja, uma meta-avaliação.*

*3.4 A respeito do eixo 2 (Desenvolvimento Institucional), no indicador 2.5 (Coerência entre o PDI e as ações institucionais), houve o acréscimo do aspecto Diversidade, compondo assim os demais aspectos, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural. Destaca-se ainda, nesse eixo, a inclusão de dois indicadores: (i) Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social e Coerência entre o PDI e (ii) ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico racial.*

*3.5 No eixo 3 (Políticas Acadêmicas), o indicador 3.9 (Programas de Atendimento aos estudantes) recebeu dois elementos em seus critérios de análise: programas de apoio aos estudantes estrangeiros e programas de acolhimento ao ingressante.*

*3.6 Em relação ao eixo 4 (Políticas de Gestão), foi incluído dois aspectos nos critérios de análise do indicador 4.3 (Gestão Institucional): técnicos e sociedade civil organizada.*

*3.7 Sobre o eixo 5 (Infraestrutura Física), no indicador 5.3, o termo Equivalente foi retirado. O indicador passou a ter a denominação de: Auditório(s). No indicador 5.4 (Sala(s) de Professores), foi incluído o aspecto Infraestrutura de informática. O mesmo ocorreu no indicador 5.7 (Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral – TI). O indicador 5.9 (Biblioteca: infraestrutura física) recebeu um novo aspecto: adequação a necessidades educacionais especiais.*

*No indicador 5.10 (Biblioteca: serviços e informatização), houve o acréscimo de três aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, bancos de dados e relatórios de gestão. No indicador 5.12 foi retirado o termo Laboratório da denominação do indicador. Assim, ele passou a ter a denominação de: Sala(s) de Apoio de informática ou Infraestrutura Equivalente. Ainda nesse indicador, entre os aspectos dos critérios de análise, houve a inclusão da Acessibilidade Física e das Condições Ergonômicas. O indicador 5.13 (Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação) recebeu um novo aspecto: sociedade civil.*

*3.8 Em relação aos requisitos legais, foram inseridos os critérios de análise conforme segue:*

- Para as Condições de Acessibilidade incluídas as leis nºs 10.098/2002, 6.949/2009, 7.611/2011 e a Portaria nº 3.284/2003, para o plano de cargos e carreira docente foi incluído no critério de análise a homologação, o plano de cargos e carreira dos técnicos administrativos;*
- Para Titulação do Corpo Docente para Universidades e Centros Universitários a Resolução nº 3, de 24 de outubro de 2010;*
- Para Regime de Trabalho do Corpo Docente foi incluída a Resolução nº 3, de 14 de outubro de 2010, para as universidades e o art. 3º da Resolução nº 1/2010;*
- Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme o art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004;*
- Normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de Centros Universitários, conforme o disposto na Resolução CNE/CES nº 1, de 20 de janeiro de 2010;*
- Normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de Universidades, conforme o disposto na Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de outubro de 2010;*
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003;*
- Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e no Decreto nº 4.281, de junho de 2002, Resolução CP/CNE n. 2 de 15/06/2012;*
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012. Parecer CP/CNE n.8 de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012.*

*3.9 Não houve alteração no peso dos eixos, entretanto, foram acrescentados dois indicadores no eixo 2. Segue a tabela:*

<i>EIXOS</i>	<i>Credenciamento</i>	<i>Recredenciamento e Credenciamento para Mudança de Organização Administrativa</i>	<i>Número de indicadores</i>
<i>1 Planejamento e Avaliação Institucional</i>	<i>10</i>	<i>10</i>	<i>5</i>
<i>2 Desenvolvimento Institucional</i>	<i>20</i>	<i>20</i>	<i>9</i>
<i>3 Políticas Acadêmicas</i>	<i>20</i>	<i>30</i>	<i>13</i>
<i>4 Políticas de Gestão</i>	<i>20</i>	<i>20</i>	<i>8</i>
<i>5 Infraestrutura</i>	<i>30</i>	<i>20</i>	<i>16</i>
<i>TOTAL</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>51</i>

3.10 No glossário houve as inclusões dos termos novos e considerados necessários passando de 15 itens do instrumento vigente para 27 itens neste instrumento.

#### **IV – PARECER**

A trajetória relatada acima resultou em um avanço no processo de avaliação da educação superior, orientado pelo SINAES. Além de estimular as IES a desenvolverem compromissos com suas estratégias institucionais, o instrumento identifica o processo de autoavaliação como essencial ao desenvolvimento e ao incremento dos espaços formativos e de produção de conhecimento das instituições. Reforça também em novas dimensões e indicadores a interação entre pesquisa, extensão e formação, independente da organização acadêmica da IES. Aspectos, também, relativos à qualificação da diversidade da oferta da educação superior devem ser garantidos e observados no conjunto de indicadores, de forma a permitir ampla articulação entre níveis de ensino como os de cunho tecnológico e de especialização, com os de graduação.

O instrumento renovado amplia as consequências e facilita a interação do processo avaliativo ao regulatório, ampliando o papel do SINAES na orientação da expansão e das estratégias de diversificação institucional, favorecendo a qualificação da educação superior e da pesquisa institucional, na perspectiva dos interesses intersetoriais por recursos humanos e por conhecimento. Ao INEP, ainda, caberá a atualização periódica do instrumento, mantendo a sua estrutura, de forma a garantir o incentivo às políticas públicas de desenvolvimento qualitativo da educação superior.

No caso de deliberação favorável desse colegiado, durante o período de transição dos instrumentos vigentes para o novo instrumento, serão observadas as seguintes regras:

- a) todos os processos que estiverem na fase INEP/AVALIAÇÃO aguardando preenchimento de formulário eletrônico de avaliação (FE) terão seus formulários disponibilizados conforme o novo instrumento.
- b) os processos que possuem formulários de avaliação preenchidos nos instrumentos anteriores serão avaliados segundo os padrões estabelecidos nos instrumentos em que foram preenchidos. Portanto, não se adequarão ao instrumento reformulado.

## **V – VOTO DO RELATOR**

Voto favoravelmente à aprovação do novo Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), anexo ao presente Parecer, consoante o disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institucionaliza o SINAES, no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

Brasília (DF), 7 de agosto de 2013.

Conselheiro Luiz Roberto Liza Curi – Relator

## **VI – DECISÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do Relator.  
Sala das Sessões, em 7 de agosto de 2013.

Conselheiro Gilberto Gonçalves Garcia – Presidente

Conselheiro Erasto Fortes Mendonça – Vice-Presidente

**AGUARDANDO HOMOLOGAÇÃO**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes**  
**Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - Conaes**  
**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep**  
**Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Daes**

**INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO  
INSTITUCIONAL EXTERNA**  
**Subsidia o ato de credenciamento e  
recredenciamento institucional e a transformação  
de organização acadêmica  
(presencial)**

**Brasília, 19 de junho de 2013.**

## Concepção do Instrumento

Este Instrumento subsidia os atos de credenciamento e recredenciamento presencial de instituições de educação superior e a transformação da organização acadêmica de faculdade para centro universitário e deste para universidade.

Sua concepção busca atender à diversidade do sistema de educação superior e respeitar a identidade das instituições que o compõem. Considera, assim, as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, a partir do foco definido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos processos de avaliação institucional (interna e externa).

O instrumento está organizado em cinco eixos, contemplando as dez dimensões do Sinaes. Desta forma, tem-se:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.

Eixo 5 – Infraestrutura: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

## Outras Informações sobre o instrumento

1. Cada indicador apresenta, predominantemente, **um objeto de análise**;
2. Para os indicadores que contemplam o termo “**Análise Sistêmica e Global**”, a comissão deverá seguir somente os aspectos estabelecidos no respectivo indicador, baseando-se nas informações contidas no PDI e nos documentos oficiais da Instituição de Educação Superior (IES);
3. Alguns indicadores têm aplicabilidade correspondente ao ato ou à organização acadêmica, conforme orientação inserida no próprio indicador. Os indicadores “não aplicáveis” não serão computados no cálculo final do Conceito Institucional (CI);
4. O **Relato Institucional** é uma inovação, na concepção deste instrumento. Ele será avaliado no Eixo 1 (Planejamento e Avaliação Institucional). Consiste em um documento que deve ser organizado da seguinte forma: relato avaliativo do PDI; síntese histórica dos resultados dos processos avaliativos internos e externos da IES e síntese histórica do planejamento de ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações. Observação: as informações originadas a partir dos relatórios de avaliação interna e externa no âmbito da autoavaliação, e das demais avaliações externas representadas nas diversas ações institucionais decorrentes, que subsidiam as melhorias na Instituição, devem constar desse documento. Nesse relato, a Instituição deve evidenciar a interação entre os resultados do conjunto das avaliações em seu planejamento institucional e suas atividades acadêmicas, de forma a demonstrar as melhorias da IES;

5. O PDI e os relatórios de autoavaliação integram, desde o último ato regulatório da IES, para os atos de credenciamento e credenciamento, um referencial básico para o preenchimento do formulário eletrônico pela IES e para análise da comissão de avaliadores;

6. O CI é calculado pelo sistema e-MEC, com base em uma média aritmética ponderada dos conceitos dos eixos, os quais são resultados da média aritmética simples dos seus indicadores. O conceito final é arredondado automaticamente pelo sistema e-MEC;

7. De acordo com o art. 1º da Portaria Normativa nº 40/2007, consolidada em 29 de dezembro de 2010, a tramitação dos processos, incluindo a aplicação dos indicadores desse instrumento, dar-se-á exclusivamente em meio eletrônico, no sistema e-MEC. Portanto, para garantia do cumprimento do artigo supracitado, o preenchimento do Formulário Eletrônico pela IES, incluindo o Relato Institucional do Eixo 1, será realizado no sistema e-MEC e, da mesma forma, o preenchimento do relatório de avaliação pelos avaliadores. O PDI e o relatório da CPA também estarão apensados no sistema.

### Instruções para os avaliadores

Os avaliadores, ao preencherem o formulário eletrônico, deverão considerar as seguintes orientações:

1. Atribuir conceitos de 1 a 5, em ordem crescente de excelência, a cada um dos indicadores de cada um dos cinco eixos: Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura. Os cinco eixos contemplam as dez dimensões estabelecidas na Lei n 10.861/2004 - Sinaes;

2. Considerar os critérios de análise dos respectivos indicadores dos eixos. A atribuição dos conceitos deve ser feita da forma seguinte:

CONCEITO	DESCRIÇÃO
1	Quando o indicador avaliado configura um conceito <b>NÃO EXISTE(M)/ NÃO HÁ, NÃO ESTÃO RELACIONADAS.</b>
2	Quando o indicador avaliado configura um conceito <b>INSUFICIENTE.</b>
3	Quando o indicador avaliado configura um conceito <b>SUFICIENTE.</b>
4	Quando o indicador avaliado configura um conceito <b>MUITO BOM/MUITO BEM.</b>
5	Quando o indicador avaliado configura um conceito <b>EXCELENTE.</b>

3. Justificar os conceitos atribuídos a cada um dos indicadores de forma contextualizada, abrangente e coerente;

4. Manter a coerência entre o conceito atribuído aos indicadores e a análise quantitativa e qualitativa, principalmente nas considerações finais que irão confirmar o CI;

5. Consultar o glossário, quando necessário;

6. Observar as expressões apresentadas a seguir de acordo com o tipo de ato regulatório.

Credenciamento institucional de Faculdades, Centros Universitários e Universidades	Recredenciamento institucional e credenciamento como Centro Universitário e Universidade, no caso de transformação de organização acadêmica
<b>Previsto(s)/Previstas</b>	<b>Implantado(s)/Implantadas</b>
<b>Projeto</b>	<b>Processo</b>
<b>Projetos</b>	<b>Ações</b>

7. Analisar o PDI da instituição e demais documentos regimentais;

8. Analisar o relatório de autoavaliação da IES e os relatórios de avaliações externas, quando for o caso;

9. Observar o cumprimento das exigências registradas na fase de despacho saneador do processo no sistema e-MEC e confirmar sua leitura.

### **Análise Preliminar:**

1. Identificar o tipo de avaliação a ser realizada (Credenciamento e Recredenciamento Institucional ou Transformação de Organização Acadêmica);
2. Explicitar os documentos que serviram de base para análise da avaliação (PDI vigente, documentos oficiais, Relato Institucional, relatórios de autoavaliação e demais relatórios da IES);
3. Registrar o cumprimento das exigências feitas na fase de despacho saneador do processo no sistema e-MEC.

### **Contextualização da IES**

A contextualização da IES deve conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- a) nome da Mantenedora;
- b) base legal da Mantenedora (endereço, razão social, registro no cartório e atos legais);
- c) nome da IES;
- d) base legal da IES (endereço, atos legais e data da publicação no Diário Oficial da União - DOU) (registrar no relatório qualquer divergência entre o endereço de visita e o endereço do escritório de designação); e) perfil e Missão da IES;
- f) dados socioeconômicos da região;
- g) breve histórico da IES (criação, trajetória, modalidades de oferta da IES, número de docentes e discentes, quantidade de cursos oferecidos na graduação e na pós-graduação, áreas de atuação na extensão e áreas de pesquisa, se for o caso);
- h) número de cursos que ascenderam nos seus conceitos nos últimos três anos (Conceito de Curso resultante da avaliação *in loco*), quando for o caso;
- i) planos de Melhoria Acadêmica, Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência, Medidas Cautelares e Termo de Supervisão, quando houver;
- j) planos de valorização profissional, abordando condições de trabalho;
- k) processos de gestão que possam identificar sobre a trajetória de melhorias ou não das instituições;
- l) política de atendimento para alunos estrangeiros;
- m) quantidade de alunos e professores estrangeiros na IES e disciplinas ofertadas em língua estrangeira;
- n) existência de programas de bolsas e financiamento estudantil e número de beneficiados.

**EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

No Eixo 1, considera-se a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. O foco desse Eixo é a descrição e a identificação, por intermédio do documento Relato Institucional, dos principais elementos do processo avaliativo da IES em relação ao seu PDI, aos relatórios elaborados pela CPA e aos demais documentos institucionais avaliativos do período que constituiu o objeto de avaliação. O Relato Institucional deve ter como foco a evolução acadêmica da IES, e sua concepção e descrição encontram-se na página 2, item 4 desse instrumento.

1.1 Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.  (indicador aplicado no Credenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)	1	Quando <b>não existe</b> demonstração de evolução institucional no Relato Institucional em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.
	2	Quando a demonstração de evolução institucional contida no Relato Institucional é caracterizada como <b>insuficiente</b> em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.
	3	Quando a demonstração de evolução institucional contida no Relato Institucional é caracterizada como <b>suficiente</b> em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.
	4	Quando a demonstração de evolução institucional contida no Relato Institucional é caracterizada como <b>muito boa</b> em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.
	5	Quando a demonstração de evolução institucional contida no Relato Institucional é caracterizada como <b>excelente</b> em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----

1.2 Projeto/processo de autoavaliação institucional.	1	Quando <b>não existe</b> projeto/processo de autoavaliação institucional previsto/implantado.
	2	Quando o projeto/processo de autoavaliação institucional está previsto/implantado e atende de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional.
	3	Quando o projeto/processo de autoavaliação institucional está previsto/implantado e atende de maneira <b>suficiente</b> às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional.
	4	Quando o projeto/processo de autoavaliação institucional está previsto/implantado e atende <b>muito bem</b> às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional.
	5	Quando o projeto/processo de autoavaliação institucional está previsto/implantado e atende de maneira <b>excelente</b> às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----

<p>1.3 Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica.</p> <p>(indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)</p>	1	Quando <b>não existe</b> participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação previsto/implantado.
	2	Quando o processo de autoavaliação está previsto/implantado, com participação <b>insuficiente</b> da comunidade acadêmica.
	3	Quando o processo de autoavaliação está previsto/implantado, com participação <b>suficiente</b> da comunidade acadêmica.
	4	Quando o processo de autoavaliação está previsto/implantado, com participação <b>muito boa</b> da comunidade acadêmica.
	5	Quando o processo de autoavaliação está previsto/implantado, com participação <b>excelente</b> da comunidade acadêmica.

Justifique: -----  
-----

<p>1.4 Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados.</p> <p>(indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)</p>	1	Quando <b>não existe</b> divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas para a comunidade acadêmica.
	2	Quando a divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas previstas/implantadas ocorre, de maneira <b>insuficiente</b> , para a comunidade acadêmica.
	3	Quando a divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas previstas/implantadas ocorre, de maneira <b>suficiente</b> , para a comunidade acadêmica.
	4	Quando a divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas previstas/implantadas ocorre, de maneira <b>muito boa</b> , para a comunidade acadêmica.
	5	Quando a divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas previstas/implantadas ocorre, de maneira <b>excelente</b> , para a comunidade acadêmica.

Justifique: -----  
-----

<p>1.5 Elaboração do relatório de autoavaliação.</p> <p>(indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)</p>	1	Quando <b>não existe</b> relatório de autoavaliação.
	2	Quando o relatório de autoavaliação é <b>insuficiente</b> , apresentando resultados sem análises, reflexões e proposições.
	3	Quando o relatório de autoavaliação apresenta resultados, análises, reflexões e proposições de forma <b>suficiente</b> para subsidiar planejamento e ações.
	4	Quando o relatório de autoavaliação apresenta resultados, análises, reflexões e proposições de forma <b>muito boa</b> para subsidiar planejamento e ações.
	5	Quando o relatório de autoavaliação apresenta resultados, análises, reflexões e proposições de forma <b>excelente</b> para subsidiar planejamento e ações.

Justifique: -----  
-----

**Eixo 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Este Eixo tem seu foco no PDI e consiste na verificação da coerência existente entre esse documento e as ações institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa, extensão e gestão. Pretende, igualmente, verificar os diferentes caminhos percorridos (ou a percorrer) pela IES no contexto de sua inserção social, bem como sua atuação face à inclusão e ao desenvolvimento econômico e social, tendo sempre como base a missão, os propósitos e as metas anunciadas no PDI.

Dessa forma, o Eixo Desenvolvimento Institucional assume o papel de induzir maior comprometimento da IES na construção de seu PDI, priorizando sua coerência e evolução.

O Eixo Desenvolvimento Institucional contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.

2.1 Missão institucional, metas e objetivos do PDI.	1	Quando a missão institucional e as metas e objetivos no PDI não estão previstos/implantados.
	2	Quando as metas e objetivos do PDI previstos/implantados estão articulados, de maneira <b>insuficiente</b> , com a missão institucional, com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.
	3	Quando as metas e objetivos do PDI previstos/implantados estão articulados, de maneira <b>suficiente</b> , com a missão institucional e em conformidade com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.
	4	Quando as metas e objetivos do PDI previstos/implantados estão <b>muito bem</b> articulados com a missão institucional e em conformidade com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.
	5	Quando as metas e objetivos do PDI previstos/implantados estão, de maneira <b>excelente</b> , articulados com a missão institucional e em conformidade com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.

Justifique: -----  
 -----  
 -----

2.2. Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação.	1	Quando <b>não há</b> coerência entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas/implantadas.
	2	Quando há coerência <b>insuficiente</b> entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas/implantadas.
	3	Quando há coerência <b>suficiente</b> entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas/implantadas.
	4	Quando há coerência <b>muito boa</b> entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas/implantadas.
	5	Quando há coerência <b>excelente</b> entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas/implantadas.

Justifique: -----  
 -----  
 -----

2.3. Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.	1	Quando <b>não há</b> coerência entre o PDI e as práticas de extensão.
	2	Quando há coerência <b>insuficiente</b> entre o PDI e as práticas de extensão previstas/implantadas.
	3	Quando há coerência <b>suficiente</b> entre o PDI e as práticas de extensão previstas/implantadas.
	4	Quando há coerência <b>muito boa</b> entre o PDI e as práticas de extensão previstas/implantadas.
	5	Quando há coerência <b>excelente</b> entre o PDI e as práticas de extensão previstas/implantadas.

Justifique: -----  
-----

2.4 Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	1	Quando <b>não há</b> coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
	2	Quando há coerência <b>insuficiente</b> entre o PDI e as atividades previstas/implantadas de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
	3	Quando há coerência <b>suficiente</b> entre o PDI e as atividades previstas/implantadas de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
	4	Quando há coerência <b>muito boa</b> entre o PDI e as atividades previstas/implantadas de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
	5	Quando há coerência <b>excelente</b> entre o PDI e as atividades previstas/implantadas de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

Justifique: -----  
-----

2.5 Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.	1	Quando <b>as</b> ações não estão previstas/implantadas nas relações da IES com a sociedade, relacionadas à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.
	2	Quando as ações institucionais previstas/implantadas estão coerentes com o PDI, de maneira <b>insuficiente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.
	3	Quando as ações institucionais previstas/implantadas estão coerentes com o PDI, de maneira <b>suficiente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.
	4	Quando as ações institucionais estão <b>muito bem</b> previstas/implantadas e coerentes com o PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.
	5	Quando as ações institucionais previstas/implantadas estão coerentes com o PDI, de maneira <b>excelente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.

Justifique: -----

2.6 Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.	1	Quando <b>não existem</b> ações institucionais previstas/implantadas voltadas para o desenvolvimento econômico e social.
	2	Quando as ações previstas/implantadas pela Instituição (com ou sem parceria) contemplam o desenvolvimento econômico e social de maneira <b>insuficiente</b> em relação ao proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.
	3	Quando as ações da Instituição (com ou sem parceria) previstas/implantadas contemplam o desenvolvimento econômico e social, de maneira <b>suficiente</b> , com o proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.
	4	Quando as ações da Instituição (com ou sem parceria) previstas/implantadas contemplam <b>muito bem</b> o desenvolvimento econômico e social, conforme proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.
	5	Quando as ações da Instituição (com ou sem parceria) previstas/implantadas contemplam, de maneira <b>excelente</b> , o desenvolvimento econômico e social, conforme proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.

Justifique: -----  
 -----  
 -----

2.7. Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social	1	Quando <b>não há</b> coerência entre o PDI e as ações de inclusão social pela IES.
	2	Quando há coerência <b>insuficiente</b> entre o PDI e as ações de inclusão social previstas/implantadas pela IES.
	3	Quando há coerência <b>suficiente</b> entre o PDI e as ações de inclusão social previstas/implantadas pela IES.
	4	Quando há coerência <b>muito boa</b> entre o PDI e as ações de inclusão social previstas/implantadas pela IES.
	5	Quando há coerência <b>excelente</b> entre o PDI e as ações de inclusão social previstas/implantadas pela IES.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----

2.8. Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial	1	Quando <b>não há</b> coerência entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas/implantadas pela IES.
	2	Quando há coerência <b>insuficiente</b> entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas/implantadas pela IES.
	3	Quando há coerência <b>suficiente</b> entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas/implantadas pela IES.
	4	Quando há coerência <b>muito boa</b> entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas/implantadas pela IES.
	5	Quando há coerência <b>excelente</b> entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas/implantadas pela IES.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----

2.9 Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais.  (aplica-se quando previsto no PDI)	1	Quando <b>não existe</b> coerência entre o PDI e as atividades, previstas/implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.
	2	Quando há coerência <b>insuficiente</b> entre o PDI e as atividades, previstas/implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.
	3	Quando há coerência <b>suficiente</b> entre o PDI e as atividades, previstas/implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.
	4	Quando há coerência <b>muito boa</b> entre o PDI e as atividades, previstas/implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.
	5	Quando há coerência <b>excelente</b> entre o PDI e as atividades, previstas/implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----



<p>3.2 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>.</p> <p>(aplica-se também às Faculdades e aos Centros Universitários, quando previstos no PDI)</p>	1	Quando <b>não existem</b> relações entre as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas e as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
	2	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de maneira <b>insuficiente</b> , considerando, inclusive, sua articulação com a graduação.
	3	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de maneira <b>suficiente</b> , considerando, inclusive, sua articulação com a graduação.
	4	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão <b>muito bem</b> relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , considerando, inclusive, sua articulação com a graduação.
	5	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de maneira <b>excelente</b> , considerando, inclusive, sua articulação com a graduação.

Justifique: -----  
-----  
-----

<p>3.3 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>.</p> <p>(aplica-se quando previsto no PDI)</p>	1	Quando <b>não existem</b> ações acadêmico-administrativas de <i>lato sensu</i> previstas/implantadas em conformidade com as políticas estabelecidas.
	2	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas no PDI /implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , de maneira <b>insuficiente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da IES, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.
	3	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas no PDI /implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , de maneira <b>suficiente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da IES, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.
	4	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas no PDI /implantadas estão <b>muito bem</b> relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da IES, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.
	5	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas no PDI /implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , de maneira <b>excelente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da IES, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.

Justifique: -----  
-----  
-----

3.4 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	1	Quando <b>não existem</b> ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica e tecnológica previstas/implantadas em conformidade com as políticas estabelecidas.
	2	Quando as ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão previstas/implantadas, de maneira <b>insuficiente</b> , em conformidade com as políticas estabelecidas.
	3	Quando as ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão previstas/implantadas, de maneira <b>suficiente</b> , em conformidade com as políticas estabelecidas.
	4	Quando as ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão <b>muito bem</b> previstas/implantadas, em conformidade com as políticas estabelecidas.
	5	Quando as ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão previstas/implantadas, de maneira <b>excelente</b> , em conformidade com as políticas estabelecidas.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----

3.5 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a Extensão.	1	Quando <b>não existem</b> ações acadêmico-administrativas de extensão previstas/implantadas em conformidade com as políticas estabelecidas.
	2	Quando as ações acadêmico-administrativas de extensão estão previstas/implantadas, de maneira <b>insuficiente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, o apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.
	3	Quando as ações acadêmico-administrativas de extensão estão previstas/implantadas, de maneira <b>suficiente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, o apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.
	4	Quando as ações acadêmico-administrativas de extensão estão <b>muito bem</b> previstas/implantadas, considerando, em uma análise sistêmica e global, o apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.
	5	Quando as ações acadêmico-administrativas de extensão estão previstas/implantadas, de maneira <b>excelente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, o apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----

3.6 Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.	1	Quando <b>não existem</b> ações, previstas/implantadas, de estímulos e difusão às produções acadêmicas.
	2	Quando as ações de estímulo às produções acadêmicas e sua difusão estão previstas/implantadas, de maneira <b>insuficiente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.
	3	Quando as ações de estímulo às produções acadêmicas e sua difusão estão previstas/implantadas, de maneira <b>suficiente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.
	4	Quando as ações de estímulo às produções acadêmicas e sua difusão estão <b>muito bem</b> previstas/implantadas, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.
	5	Quando as ações de estímulo às produções acadêmicas e sua difusão estão previstas/implantadas, de maneira <b>excelente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.

Justifique: -----

3.7 Comunicação da IES com a comunidade externa.	1	Quando <b>não existe</b> comunicação com a comunidade externa prevista/implantada.
	2	Quando os canais de comunicação externa estão previstos/implantados de maneira <b>insuficiente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outras.
	3	Quando os canais de comunicação externa estão previstos/implantados, de maneira <b>suficiente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outras.
	4	Quando os canais de comunicação externa estão <b>muito bem</b> previstos/implantados, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outras.
	5	Quando os canais de comunicação externa estão previstos/implantados, de maneira <b>excelente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.

Justifique: -----

3.8 Comunicação da IES com a comunidade interna.	1	Quando <b>não existe</b> comunicação interna prevista/implantada.
	2	Quando os canais de comunicação interna estão previstos/implantados, de maneira <b>insuficiente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outras.
	3	Quando os canais de comunicação interna estão previstos/implantados, de maneira <b>suficiente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outras.
	4	Quando os canais de comunicação interna estão <b>muito bem</b> previstos/implantados, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outras.
	5	Quando os canais de comunicação interna estão previstos/implantados, de maneira <b>excelente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.

Justifique: -----  
-----

3.9 Programas de atendimento aos estudantes.	1	Quando <b>não existem</b> programas de apoio aos estudantes, inclusive estrangeiros, quando for o caso.
	2	Quando os programas de apoio aos estudantes, inclusive estrangeiros, quando for o caso (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria) estão previstos/implantados de maneira <b>insuficiente</b> .
	3	Quando os programas de apoio aos estudantes, inclusive estrangeiros, quando for o caso (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria) estão previstos/implantados de maneira <b>suficiente</b> .
	4	Quando os programas de apoio aos estudantes, inclusive estrangeiros, quando for o caso (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria) estão <b>muito bem</b> previstos/implantados.
	5	Quando os programas de apoio aos estudantes, inclusive estrangeiros, quando for o caso (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria) estão previstos/implantados de maneira <b>excelente</b> .

Justifique: -----  
-----

3.10 Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.	1	Quando <b>não existem</b> programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.
	2	Quando os programas de apoio ao discente estão previstos/implantados, de maneira <b>insuficiente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).
	3	Quando os programas de apoio ao discente estão previstos/implantados, de maneira <b>suficiente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).
	4	Quando os programas de apoio ao discente estão <b>muito bem</b> previstos/implantados, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).
	5	Quando os programas de apoio ao discente estão previstos/implantados, de maneira <b>excelente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----

3.11 Política e ações de acompanhamento dos egressos.	1	Quando <b>não existe</b> política institucionalizada de acompanhamento dos egressos.
	2	Quando o plano de ação/ações institucionais previsto/implantado atende de maneira <b>insuficiente</b> à política de acompanhamento dos egressos.
	3	Quando o plano de ação/ações institucionais previsto/implantado atende de maneira <b>suficiente</b> à política de acompanhamento dos egressos.
	4	Quando o plano de ação/ações institucionais previsto/implantado atende <b>muito bem</b> à política de acompanhamento dos egressos.
	5	Quando o plano de ação/ações institucionais previsto/implantado atende de maneira <b>excelente</b> à política de acompanhamento dos egressos.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----

3.12 Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.	1	Quando <b>não existem</b> ações previstas/implantadas pela IES para acompanhamento do egresso em relação à sua formação.
	2	Quando as ações previstas /implantadas pela IES para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional é <b>insuficiente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.
	3	Quando as ações previstas /implantadas pela IES para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional é <b>suficiente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.
	4	Quando as ações previstas/implantadas pela IES atendem <b>muito bem</b> à verificação do egresso em relação à sua atuação profissional, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.
	5	Quando as ações previstas /implantadas pela IES para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional é <b>excelente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----

3.13 Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais.  (aplica-se quando previsto no PDI)	1	Quando <b>não existem</b> ações previstas/implantadas na Instituição relacionadas à inovação tecnológica e à propriedade intelectual.
	2	Quando as ações previstas/implantadas pela Instituição contemplam a inovação tecnológica e a propriedade intelectual de maneira <b>insuficiente</b> , conforme proposto no PDI.
	3	Quando as ações previstas/implantadas pela Instituição contemplam a inovação tecnológica e a propriedade intelectual de maneira <b>suficiente</b> , conforme proposto no PDI.
	4	Quando as ações previstas/implantadas pela Instituição contemplam <b>muito bem</b> a inovação tecnológica e a propriedade intelectual conforme proposto no PDI.
	5	Quando as ações previstas/implantadas pela Instituição contemplam a inovação tecnológica e a propriedade intelectual de maneira <b>excelente</b> , conforme proposto no PDI.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----



4.2 Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.	1	Quando <b>não existe</b> política de formação e capacitação prevista/implantada do corpo técnico-administrativo.
	2	Quando a política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está prevista/implantada de maneira <b>insuficiente</b> , considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.
	3	Quando a política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está prevista/implantada de maneira <b>suficiente</b> , considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.
	4	Quando a política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está <b>muito bem</b> prevista/implantada, considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.
	5	Quando a política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está prevista/implantada de maneira <b>excelente</b> , considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.

Justifique: -----  
-----

4.3 Gestão institucional.	1	Quando a gestão institucional prevista/implantada não contempla, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de
	2	Quando a gestão institucional está prevista/implantada de maneira <b>insuficiente</b> para o funcionamento da instituição, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de
	3	Quando a gestão institucional está prevista/implantada de maneira <b>suficiente</b> para o funcionamento da instituição, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de
	4	Quando a gestão institucional está <b>muito bem</b> prevista/implantada para o funcionamento da instituição, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.
	5	Quando a gestão institucional está prevista/implantada de maneira <b>excelente</b> para o funcionamento da instituição, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.

Justifique: -----  
-----

4.4 Sistema de registro acadêmico.	1	Quando o sistema de registro acadêmico previsto/implantado para o atendimento às necessidades institucionais e dos discentes <b>não existe</b> .
	2	Quando o sistema de registro acadêmico previsto/implantado atende de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades institucionais e dos discentes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.
	3	Quando o sistema de registro acadêmico previsto/implantado atende de maneira <b>suficiente</b> às necessidades institucionais e dos discentes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.
	4	Quando o sistema de registro acadêmico previsto/implantado atende <b>muito bem</b> às necessidades institucionais e dos discentes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.
	5	Quando o sistema de registro acadêmico previsto/implantado atende de maneira <b>excelente</b> às necessidades institucionais e dos discentes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----

4.5 Sustentabilidade financeira.	1	Quando <b>não existem</b> fontes de recursos previstas no PDI.
	2	Quando as fontes de recursos previstas/executadas atendem de maneira <b>insuficiente</b> ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.
	3	Quando as fontes de recursos previstas/executadas atendem de maneira <b>suficiente</b> ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.
	4	Quando as fontes de recursos previstas/executadas atendem <b>muito bem</b> ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.
	5	Quando as fontes de recursos previstas/executadas atendem de maneira <b>excelente</b> ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----

4.6 Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.	1	Quando <b>não existe</b> relação entre o planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado e a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão.
	2	Quando o planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado está relacionado de maneira <b>insuficiente</b> com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.
	3	Quando o planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado está relacionado de maneira <b>suficiente</b> com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.
	4	Quando o planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado está <b>muito bem</b> relacionado com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.
	5	Quando o planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado está relacionado de maneira <b>excelente</b> com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.

Justifique: -----  
-----  
-----

4.7 Coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente.  (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)	1	Quando <b>não existe</b> coerência entre o plano de carreira protocolado/implantado e a gestão do corpo docente.
	2	Quando a gestão do corpo docente é <b>insuficiente</b> em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
	3	Quando a gestão do corpo docente é <b>suficiente</b> em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
	4	Quando a gestão do corpo docente é <b>muito boa</b> em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
	5	Quando a gestão do corpo docente é <b>excelente</b> em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.

Justifique: -----  
-----

4.8 Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo.  (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)	1	Quando <b>não existe</b> coerência entre o plano de carreira protocolado/implantado e a gestão do corpo técnico-administrativo.
	2	Quando a gestão do corpo técnico-administrativo é <b>insuficiente</b> em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
	3	Quando a gestão do corpo técnico-administrativo é <b>suficiente</b> em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
	4	Quando a gestão do corpo técnico-administrativo é <b>muito boa</b> em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
	5	Quando a gestão do corpo técnico-administrativo é <b>excelente</b> em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.

Justifique: -----  
-----

**Eixo 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA**

No Eixo “Infraestrutura Física”, verificam-se as condições que a IES apresenta para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Esse Eixo contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

5.1 Instalações administrativas.	1	Quando as instalações administrativas <b>não atendem</b> às necessidades institucionais.
	2	Quando as instalações administrativas existentes atendem de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	3	Quando as instalações administrativas existentes atendem de maneira <b>suficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	4	Quando as instalações administrativas existentes atendem <b>muito bem</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	5	Quando as instalações administrativas existentes atendem de maneira <b>excelente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Justifique: -----  
 -----  
 -----

5.2 Salas de aula.	1	Quando as salas de aula <b>não atendem</b> às necessidades institucionais.
	2	Quando as salas de aula existentes atendem de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	3	Quando as salas de aula existentes atendem de maneira <b>suficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	4	Quando as salas de aula existentes atendem <b>muito bem</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	5	Quando as salas de aula existentes atendem de maneira <b>excelente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Justifique: -----  
 -----  
 -----

5.3 Auditório(s).	1	Quando o(s) auditório(s) <b>não existe(m)</b> .
	2	Quando o(s) auditório(s) existente(s) atende(m) de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	3	Quando o(s) auditório(s) existente(s) atende(m) de maneira <b>suficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	4	Quando o(s) auditório(s) existente(s) atende(m) <b>muito bem</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	5	Quando o(s) auditório(s) existente(s) atende(m) de maneira <b>excelente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----

5.4 Sala(s) de professores.	1	Quando a(s) sala(s) de professores <b>não existe(m)</b> .
	2	Quando a(s) sala(s) de professores existente(s) atende(m) de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
	3	Quando a(s) sala(s) de professores existente(s) atende(m) de maneira <b>suficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
	4	Quando a(s) sala(s) de professores existente(s) atende(m) <b>muito bem</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática..
	5	Quando a(s) sala(s) de professores existente(s) atende(m) de maneira <b>excelente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática..

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----

5.5 Espaços para atendimento aos alunos.	1	Quando os espaços para atendimento aos alunos <b>não existem</b> .
	2	Quando os espaços existentes para atendimento aos alunos atendem de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	3	Quando os espaços existentes para atendimento aos alunos atendem de maneira <b>suficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	4	Quando os espaços existentes para atendimento aos alunos atendem <b>muito bem</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	5	Quando os espaços existentes para atendimento aos alunos atendem de maneira <b>excelente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----

5.6 Infraestrutura para CPA.	1	Quando <b>não existe</b> infraestrutura destinada à CPA.
	2	Quando a infraestrutura destinada à CPA atende de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades institucionais.
	3	Quando a infraestrutura destinada à CPA atende de maneira <b>suficiente</b> às necessidades institucionais.
	4	Quando a infraestrutura destinada à CPA atende <b>muito bem</b> às necessidades institucionais.
	5	Quando a infraestrutura destinada à CPA atende de maneira <b>excelente</b> às necessidades institucionais.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----  
 -----

5.7 Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral -TI.	1	Quando <b>não existem</b> gabinetes/estações de trabalho para os docentes em TI.
	2	Quando os gabinetes/estações de trabalho previstos/implantados para os docentes em TI atendem de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
	3	Quando os gabinetes/estações de trabalho previstos/implantados para os docentes em TI atendem de maneira <b>suficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
	4	Quando os gabinetes/estações de trabalho previstos/implantados para os docentes em TI atendem <b>muito bem</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
	5	Quando os gabinetes/estações de trabalho previstos/implantados para os docentes em TI atendem de maneira <b>excelente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----

5.8 Instalações sanitárias.	1	Quando <b>não existem</b> instalações sanitárias.
	2	Quando as instalações sanitárias existentes atendem de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	3	Quando as instalações sanitárias existentes atendem de maneira <b>suficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	4	Quando as instalações sanitárias existentes atendem <b>muito bem</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	5	Quando as instalações sanitárias existentes atendem de maneira <b>excelente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Justifique: -----  
 -----

5.9 Biblioteca: infraestrutura física.	1	Quando <b>não existe</b> infraestrutura física para biblioteca.
	2	Quando a infraestrutura física atende de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e adequação a necessidades educacionais especiais), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnico-administrativos e plano de expansão física.
	3	Quando a infraestrutura física atende de maneira <b>suficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e adequação a necessidades educacionais especiais), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnico-administrativos e plano de expansão física.
	4	Quando a infraestrutura física atende <b>muito bem</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e adequação a necessidades educacionais especiais), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnico-administrativos e plano de expansão física.
	5	Quando a infraestrutura física atende de maneira <b>excelente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e adequação a necessidades educacionais especiais), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnico-administrativos e plano de expansão física.

Justifique: -----

5.10 Biblioteca: serviços e informatização.	1	Quando <b>não existem</b> serviços e informatização da biblioteca.
	2	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
	3	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira <b>suficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
	4	Quando os serviços da biblioteca atendem <b>muito bem</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
	5	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira <b>excelente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.

Justifique: -----

5.11. Biblioteca: plano de atualização do acervo.	1	Quando <b>não existe</b> plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital).
	2	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) previsto/implantado atende de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
	3	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) previsto/implantado atende de maneira <b>suficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
	4	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) previsto/implantado atende <b>muito bem</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
	5	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) previsto/implantado atende de maneira <b>excelente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.

Justifique: -----  
-----

5.12 Sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.	1	Quando <b>não existe(m)</b> sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.
	2	Quando a(s) sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente existente(s) atende(m) de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à <i>internet</i> , atualização de <i>software</i> , acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços, suporte e plano de atualização.
	3	Quando a(s) sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente existente(s) atende(m) de maneira <b>suficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à <i>internet</i> , atualização de <i>software</i> , acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços, suporte e plano de atualização.
	4	Quando o(s) sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente existente(s) atende(m) <b>muito bem</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à <i>internet</i> , atualização de <i>software</i> , acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços, suporte e plano de atualização.
	5	Quando o(s) sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente existente(s) atende(m) de maneira <b>excelente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à <i>internet</i> , atualização de <i>software</i> , acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços, suporte e plano de atualização.

Justifique: -----  
-----  
-----

5.13. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.	1	Quando <b>não existem</b> recursos de tecnologias de informação e comunicação.
	2	Quando os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.
	3	Quando os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem de maneira <b>suficiente</b> às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.
	4	Quando os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem <b>muito bem</b> às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.
	5	Quando os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem de maneira <b>excelente</b> às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.

Justifique: -----  
 -----  
 -----

5.14. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	1	Quando <b>não existe</b> infraestrutura física para laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas.
	2	Quando a infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação), plano de atualização e acessibilidade.
	3	Quando a infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira <b>suficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação), plano de atualização e acessibilidade.
	4	Quando a infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem <b>muito bem</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação), plano de atualização e acessibilidade.
	5	Quando a infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira <b>excelente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação), plano de atualização e acessibilidade.

Justifique: -----  
 -----  
 -----

5.15. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.	1	Quando <b>não existem</b> serviços institucionalizados referentes aos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas.
	2	Quando os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: serviços e normas de segurança.
	3	Quando os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira <b>suficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: serviços e normas de segurança.
	4	Quando os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem <b>muito bem</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: serviços e normas de segurança.
	5	Quando os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira <b>excelente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: serviços e normas de segurança.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----

5.16. Espaços de convivência e de alimentação.	1	Quando os espaços de convivência e de alimentação <b>não existem</b> .
	2	Quando os espaços de convivência e de alimentação existentes atendem de maneira <b>insuficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	3	Quando os espaços de convivência e de alimentação existentes atendem de maneira <b>suficiente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	4	Quando os espaços de convivência e de alimentação existentes atendem <b>muito bem</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	5	Quando os espaços de convivência e de alimentação existentes atendem de maneira <b>excelente</b> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Justifique: -----  
 -----  
 -----  
 -----

## REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

Os requisitos legais e normativos são essencialmente regulatórios e, por isso, não fazem parte do cálculo do conceito da avaliação. Os avaliadores farão o registro do cumprimento ou não do dispositivo legal por parte da Instituição para o processo de regulação, justificando a avaliação atribuída. Tratando-se de disposições legais, esses itens são de **atendimento obrigatório**.

Dispositivo Legal/Normativo		Explicitação do dispositivo	Sim	Não
1	<b>Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o disposto na CF/88, arts. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei 10.098/2000, nos Decretos, 5.296/2004, 6.949/2009, 7.611/2011 e na Portaria 3.284/2003.</b>	<i>A instituição apresenta condições adequadas de acessibilidade?</i>		
2	<b>Plano de Cargos e Carreira Docente.</b>	<i>O Plano de Cargos e Carreira Docente está protocolado ou homologado no Ministério do Trabalho e Emprego?</i>		
3	<b>Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos.</b>	<i>O Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos está protocolado ou homologado no Ministério do Trabalho e Emprego?</i>		
4	<p><b>Titulação do Corpo Docente</b>  <b>Universidades e Centros Universitários:</b>                      Percentual mínimo (33%) de docentes com pós-graduação <i>stricto sensu</i>, conforme o disposto na Lei 9.394/96, art. 52, e nas Resoluções nº 1/2010 e nº 3/2010.</p> <p><b>Faculdades:</b>                      No mínimo, docentes com formação em pós-graduação <i>lato sensu</i>, conforme o disposto na Lei 9.394/96.</p>	<p><b>Universidades e Centros Universitários:</b></p> <p><i>A instituição tem, no mínimo, um terço do corpo docente com titulação <i>stricto sensu</i>?</i></p> <p><i>O corpo docente tem, no mínimo, formação <i>lato sensu</i>?</i></p> <p><b>Faculdades:</b></p> <p><i>O corpo docente tem, no mínimo, formação <i>lato sensu</i>?</i></p>		
5	<p><b>Regime de Trabalho do Corpo Docente</b></p> <p><b>Universidades:</b>                      Percentual mínimo (1/3) de docentes contratados em regime de tempo integral, conforme o na Lei 9.394/96, art. 52, e na Resolução nº 3/2010.</p> <p><b>Centros Universitários:</b>                      Percentual mínimo (20%) de docentes contratados em regime de tempo integral, conforme o disposto na Resolução nº 1/2010.</p>	<p><b>Universidades:</b></p> <p><i>A instituição tem, no mínimo, um terço do corpo docente contratados em regime de tempo integral?</i></p> <p><b>Centros Universitários:</b></p> <p><i>A instituição tem, no mínimo, um quinto do corpo docente contratados em regime de tempo integral?</i></p>		

6	<b>Forma Legal de Contratação dos Professores.</b>	<i>A contratação de professores se dá mediante regime de trabalho CLT ou Estatutário pela mantenedora com registro na mantida?</i>		
7	<b>Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme o disposto na Lei nº 10.861/2004, art. 11.</b>	<i>A IES possui CPA prevista/implantada?</i>		
8	<b>Normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Centros Universitários, conforme o disposto na Resolução CNE/CES nº 1/2010.</b>	<i>A IES atende aos requisitos exigidos pela Resolução?</i>		
9	<b>Normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Universidades, conforme o disposto na Resolução CNE/CES nº 3/2010.</b>	<i>A IES atende aos requisitos exigidos pela Resolução?</i>		
10	<b>Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004.</b>	<i>A Instituição está cumprindo as exigências das legislações?</i>		
11	<b>Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002, e na Resolução CP/CNE nº 2/2012.</b>	<i>A Instituição está cumprindo as exigências das legislações?</i>		
12	<b>Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE n.8 de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012.</b>	<i>A Instituição está cumprindo as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos?</i>		

**CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES:**

**CONCEITO FINAL**  
(calculado automaticamente pelo sistema)

**TABELA DE PESOS**

**PARA CREDENCIAMENTO E REDEDENCIAMENTO DE IES**

<b>EIXOS</b>	<b>Proposta da Comissão de Credenciamento</b>	<b>Proposta da Comissão: Redenciamento e Credenciamento para Mudança de Organização Administrativa</b>	<b>Número de indicadores</b>
1 Planejamento e Avaliação Institucional	10	10	5
2 Desenvolvimento Institucional	20	20	9
3 Políticas Acadêmicas	20	30	13
4 Políticas de Gestão	20	20	8
5 Infraestrutura	30	20	16
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>51</b>

**Glossário**

<b>1. Acessibilidade</b>	Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. No âmbito educacional, a acessibilidade pressupõe não só a eliminação de barreiras arquitetônicas, mas a promoção plena de condições para acesso e permanência na educação superior para necessidades educacionais especiais.
<b>2. Acessibilidade digital</b>	Condição de utilização, com autonomia total ou assistida, de recursos tecnológicos.
<b>3. Avaliação Institucional</b>	A Avaliação Institucional é um dos componentes do Sinaes e está relacionada: à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades: 1) a autoavaliação, coordenada pela CPA e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação; 2) a avaliação externa, que tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior, expressos nos instrumentos de avaliação, e os relatórios das autoavaliações.
<b>4. Atividades de Pesquisa</b>	Toda atividade que seja desenvolvida por meio de ações de pesquisa, em grupos de pesquisa institucionalizados, organizadas por cursos de graduação e de pós-graduação seguindo a política das IES.
<b>5. Docentes em Regime de Trabalho em Tempo Integral</b>	O regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo mínimo de 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (Dec. 5.773/2006, Art.69). Observação: nas IES em que há acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40. Esse total deve ser considerado, desde que pelo menos 50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação.
<b>6. Docentes em Regime de Trabalho em Tempo Parcial</b>	Docente contratado atuando com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma IES, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.

7.	<b>Espaço para atendimento ao aluno</b>	Espaço(s) físico(s) para atendimento, pelo coordenador ou por professor(es), ao aluno. Pode ser espaço multiuso, desde que garanta a possibilidade de atendimento individualizado e reservado.
8.	<b>Especialização (pós-graduação <i>lato sensu</i>)</b>	Curso em área específica do conhecimento com duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente, nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e o prazo mínimo de seis meses. Pode incluir ou não o enfoque pedagógico. (Resolução CNE/CES nº 01/2007).
9.	<b>Extensão</b>	Processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, que promove a interação transformadora entre a IES e outros setores da sociedade.
10.	<b>Gabinete de trabalho/estações de trabalho</b>	Espaços para o desenvolvimento de trabalho, de ordem técnica-administrativa e acadêmica, realizado pelos docentes, coordenadores e técnico-administrativos.
11.	<b>Gestão Acadêmica</b>	Organização no âmbito acadêmico da IES que realiza funções de: estabelecer objetivos, planejar, analisar, conhecer e solucionar problemas, organizar e alocar recursos, tomar decisões, mensurar e avaliar.
12.	<b>Iniciação Científica</b>	A iniciação científica é uma modalidade de pesquisa acadêmica desenvolvida por alunos de graduação em diversas áreas do conhecimento.
13.	<b>Inovação tecnológica, inovação social, propriedade intelectual</b>	Componentes curriculares relacionados à inovação, à propriedade intelectual, patentes e produtos nas diversas áreas de conhecimento; programas de pesquisa, cursos ou ações de extensão que incluam a temática; incubadoras.
14.	<b>Instalações Administrativas</b>	O tipo e a quantidade de instalações devem atender às necessidades institucionais, ou seja, ao organograma apresentado no PDI, considerando gestores, órgãos e setores da IES.
15.	<b>Instituição de Educação Superior – IES</b>	São instituições, públicas ou privadas, que oferecem cursos de nível superior nos níveis de graduação (cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas), pós-graduação e extensão.
16.	<b>Internacionalização</b>	As atividades de internacionalização, neste instrumento, incluem os programas institucionais de mobilidade acadêmica/intercâmbio, adesão a editais de mobilidade acadêmica, alunos estrangeiros na IES, oferta de língua estrangeira, oferta de disciplina em língua estrangeira, dentre outros.
17.	<b>Laboratórios especializados</b>	Laboratórios equipados com diversos instrumentos de medição e experimentação onde se realizam vários tipos de experiências de acordo com a área do curso.
18.	<b>Mecanismo de interação entre docentes e discentes</b>	Compõe o conjunto de estruturas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) e os respectivos procedimentos e as formas de utilização que caracterizam a dinâmica da comunicação e da interação entre os sujeitos envolvidos nos processos acadêmicos e de ensino e aprendizagem (que são, basicamente, os docentes, tutores e discentes), no contexto da oferta do curso superior na modalidade a distância. Justifica-se uma vez que os sujeitos deverão estabelecer comunicação permanente e continuada em diferentes espaços geográficos e tempos. O PPC deve explicitar esses mecanismos de modo a possibilitar ao discente a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como desenvolver a sociabilidade, por meio de atividades da comunicação, interação e troca de experiências. As TICs devem ser efetivas na comunicação dos envolvidos.

19.	<b>Modalidade semipresencial</b>	As instituições de educação superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial, com base no art. 80, da Lei n. 9.394, de 1.996. Segundo a Portaria MEC nº 4.059, de 10/12/2004, Art. 1º, § 1º e § 2º, quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota e ainda poderão ser ofertadas disciplinas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso.
20.	<b>Natureza econômica e social da região</b>	Características que definem as questões econômicas e sociais da região no país onde a IES/curso está sendo desenvolvido.
21.	<b>Pesquisa</b>	A pesquisa é um processo sistemático de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novos conhecimentos e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento pré-existente. É basicamente um processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza quanto da sociedade na qual esta se desenvolve. A pesquisa como atividade regular também pode ser definida como o conjunto de atividades orientadas e planejadas pela busca de um conhecimento.
22.	<b>Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI</b>	O PDI é o instrumento de planejamento e gestão. Ele considera a identidade da IES no âmbito da sua filosofia de trabalho, da missão a que se propõe, das estratégias para atingir suas metas e objetivos, da sua estrutura organizacional, do Projeto Pedagógico Institucional, com as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve visa desenvolver. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar ainda: o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos; metas e ações da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações; a manutenção de padrões de qualidade; o perfil do corpo docente; a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, presenciais e/ou a distância; a descrição da infraestrutura física e instalações acadêmicas, com ênfase na biblioteca e laboratórios e o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras. (Decreto nº 5.773/06)
23.	<b>Políticas Institucionais</b>	Políticas desenvolvidas no âmbito institucional com o propósito de seguir missão proposta pela IES, buscando atender ao Plano de Desenvolvimento Institucional.
24.	<b>Produção científica, cultural, artística e tecnológica.</b>	Considerar: livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos internacionais, propriedade intelectual depositada ou registrada, produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes. Publicações nacionais sem <i>Qualis</i> e regionais também devem ser consideradas como produção, considerando sua abrangência.
25.	<b>Programa de acessibilidade</b>	Desenvolvimento de ações e projetos institucionais que tenham o objetivo de assegurar o acesso e a permanência, com sucesso, de todos os estudantes, em especial os que apresentam deficiência ou necessidades educacionais especiais, nas instituições de educação superior.
26.	<b>Responsabilidade social da IES</b>	A responsabilidade social refere-se às ações da instituição (com ou sem parceria) que contribuem para uma sociedade mais justa e sustentável. Nesse sentido, deverão ser verificados trabalhos, ações, atividades projetos e programas desenvolvidos com e para a comunidade, objetivando a inclusão social, o desenvolvimento econômico, a melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura urbana/local e a inovação social.

27.	<b>Stricto sensu</b>	Refere-se exclusivamente aos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado.
28.	<b>Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC</b>	São recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns eletrônicos, blogs, chats, tecnologias de telefonia, teleconferências, videoconferências, TV convencional, TV digital e interativa, rádio, programas específicos de computadores (softwares), objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais (livros) ou em suportes eletrônicos (CD, DVD, Memória Flash, etc.), entre outros.